

Arranjos colaborativos no meio rural: perspectivas da literatura internacional
Collaborative arrangements in rural areas: perspectives from international literature

Marcia Mariluz Amaral

Universidade do Estado de Santa. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil

Marcia Fernanda Pereira

Universidade do Estado de Santa. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil

Valério Alécio Turnes

Universidade do Estado de Santa. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil

GT6. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo: Este estudo teve como objetivo aprofundar a compreensão sobre arranjos colaborativos em territórios rurais, com foco nos desafios e estratégias da governança multissetorial e da ação coletiva no desenvolvimento rural e nas políticas sociais. Adotou-se o método de revisão integrativa da literatura, conforme as diretrizes do PRISMA 2020, com buscas realizadas nas bases SciELO, Scopus e Web of Science, sem delimitação temporal. Foram identificados 56 artigos, dos quais 15 atenderam aos critérios de inclusão e compuseram a análise qualitativa. A investigação considerou categorias como objetivos, tipos de arranjo, formas de colaboração, métodos e conclusões, possibilitando a sistematização de evidências empíricas e teóricas sobre o tema, tendo a agricultura como eixo central. Os resultados indicam predominância dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), seguidos pelos Arranjo Socioprodutivos (ASPs), Arranjos Institucionais (AIn) e Arranjos de Implementação (AIm). Observou-se que esses arranjos se concentram no setor primário, com foco em objetivos produtivos específicos, baixa integração territorial e predominância de formas informais de organização, o que limita a articulação intersetorial e o alcance de seus impactos. Conclui-se que há necessidade de avançar para uma abordagem territorial integrada, com maior coordenação institucional e participação de múltiplos atores, visando fortalecer um desenvolvimento rural mais sustentável e articulado.

Palavras-chave: arranjos colaborativos, governança, redes interorganizacionais.

Abstract: This study aimed to deepen the understanding of collaborative arrangements in rural territories, focusing on the challenges and strategies of multisectoral governance and collective action in rural development and social policies. An integrative literature review was conducted in accordance with the PRISMA 2020 guidelines, with searches carried out in the SciELO, Scopus, and Web of Science databases, without time restrictions. A total of 56 articles were identified, of which 15 met the inclusion criteria and were selected for qualitative analysis. The investigation considered categories such as objectives, types of arrangements, forms of collaboration, methods, and conclusions, enabling the systematization of empirical and theoretical evidence on the topic, with agriculture as the central focus. The results indicate a predominance of Local Productive Arrangements (LPAs), followed by Socioproductive Arrangements (SPAs), Institutional Arrangements (IAs), and Implementation Arrangements (ImAs). These arrangements are mainly concentrated in the primary sector, focusing on specific productive objectives, with low territorial integration and a predominance of informal organizational forms, which limits intersectoral articulation and the scope of their impacts. It is concluded that there is a need to advance toward an integrated territorial approach, with greater institutional coordination and the participation of multiple actors, in order to strengthen more sustainable and articulated rural development.

Keywords: collaborative arrangements, governance, interorganizational networks.

1. Introdução

A modernização da agricultura, embora tenha ampliado a oferta de alimentos e profissionalizado o setor primário, gerou impactos negativos sobre a economia, o meio ambiente e as comunidades rurais, ao reduzir a agricultura à mera produção de alimentos e favorecer a concentração fundiária em áreas privilegiadas. Esse modelo, criticado por não

promover o desenvolvimento socioeconômico nem preservar estruturas sociais e ambientais, é frequentemente percebido como imposto externamente e desarticulado das especificidades locais (Koopmans *et al.*, 2018).

Por outro lado, a agricultura familiar e/ou de pequena escala possuem relevância estratégica para o desenvolvimento territorial e regional, embora ainda sejam frequentemente negligenciadas pelas abordagens econômicas tradicionais. Contudo, para que seu potencial seja plenamente reconhecido, torna-se indispensável a formulação de políticas públicas contextualizadas e sistêmicas, articuladas com os atores locais (Falcón *et al.*, 2017).

Nesse sentido, diversos estudiosos defendem a reformulação das políticas agrícolas e rurais por meio da chamada estratégia de reconexão, que propõe uma compreensão territorial da agricultura em substituição à abordagem estritamente setorial, promovendo sua integração com outros empreendedores regionais, especialmente dos setores de serviços e turismo (Koopmans *et al.*, 2018). Dessa forma, a valorização da agricultura familiar e de pequena escala requer ações voltadas à articulação entre produção primária, indústria e serviços, favorecendo a consolidação de sistemas produtivos inovadores e sustentáveis capazes de dinamizar economias regionais e fortalecer o desenvolvimento nacional (Falcón *et al.*, 2017).

O desenvolvimento territorial contemporâneo requer a transição de modelos hierárquicos para arranjos institucionais colaborativos, nos quais governos, setor privado e comunidades locais compartilham processos de aprendizagem e inovação. No meio rural, tais arranjos fortalecem a agência coletiva e sustentam estratégias de desenvolvimento sustentável que devem ser integradas, adaptadas ao território e pautadas pela ampla participação comunitária. A gestão sensível às especificidades locais é essencial para mitigar impactos socioeconômicos e ambientais da agricultura e do turismo, cuja articulação promove redes colaborativas e valoriza identidades locais. Nesse sentido, o desenvolvimento rural sustentável deve ser concebido como um processo contínuo, orientado pela justiça social e pela construção de futuros resilientes e inclusivos para as áreas rurais (Amaral, 2025; Wellbrock; Roep, 2015).

Apesar dos avanços, as estratégias atuais ainda se mostram insuficientes para sustentar o desenvolvimento dos territórios (Wellbrock; Roep, 2015). Entre os muitos desafios, destaca-se a disseminação de valores individualistas associados às tecnologias de produção e ao financiamento, que têm enfraquecido o capital social das comunidades rurais. Esse processo reduz práticas colaborativas, estimula a competição individual e incentiva padrões de consumo urbanos e insustentáveis, comprometendo a coesão comunitária e a sustentabilidade do meio rural (Falcón *et al.*, 2017).

Os arranjos colaborativos podem envolver a participação conjunta de Estado, mercado e sociedade civil em iniciativas não hierárquicas voltadas ao sistema alimentar em territórios rurais, configurando parcerias intersetoriais (Van Dorsselaer; Voets; Dupont, 2025; Van Huijstee; Francken; Leroy, 2007). Essas diferentes formas de cooperação, estabelecidas entre atores com naturezas, objetivos e modos de interação distintos, favorecem a construção de uma governança colaborativa (Larrea; Arrona; Barandiaran, 2024). À luz dessas considerações, esta pesquisa busca aprofundar a compreensão da articulação entre setores e seus atores por meio de arranjos colaborativos.

O interesse por este estudo surgiu a partir da pesquisa de doutorado desenvolvida por duas das autoras, que buscavam aprofundar o entendimento sobre arranjos colaborativos em territórios rurais. Dessa experiência emergiu a motivação para investigar os desafios e as estratégias da governança multissetorial e da ação coletiva no âmbito do desenvolvimento rural e das políticas sociais. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura internacional e elaborar uma síntese crítica da produção acadêmica sobre parcerias e arranjos colaborativos no meio rural, tendo a agricultura como eixo central. Busca-se, assim, sistematizar as configurações estruturais, as motivações subjacentes e as lacunas de governança que limitam a construção de um desenvolvimento territorial plenamente integrado.

2. Revisão da Literatura

Como mencionado, este estudo analisa as relações entre atores sociais, políticos e econômicos e os instrumentos que estruturam suas interações, enfatizando a perspectiva interdisciplinar da sociologia da ação pública proposta por Pires (2016). Essa abordagem considera não apenas as práticas, mas também os significados atribuídos às instituições, normas e representações coletivas. A mobilização de diferentes atores e a consolidação de interações contínuas são vistas como essenciais para a construção da intersetorialidade como opção de política pública.

2.1 Níveis e motivações das colaborações

A colaboração tem emergido como princípio estruturante da governança contemporânea, especialmente diante da crescente complexidade e interdependência dos desafios sociais. A substituição de modelos hierárquicos por estratégias coletivas tem impulsionado debates acadêmicos e políticos sobre políticas e serviços colaborativos, nos quais a participação de cidadãos e atores sociais é considerada indispensável para fomentar inovação,

articular recursos, aprimorar processos decisórios e fortalecer a democracia por meio de maior engajamento e deliberação (Larrea; Arrona; Barandiaran, 2024).

Nesse horizonte, a literatura sobre parcerias para o desenvolvimento sustentável evidencia que o conceito de parceria abarca múltiplas formas de governança, variando conforme os atores envolvidos, os objetivos, a escala e a intensidade, podendo manifestar-se em níveis globais, regionais ou locais. Essa diversidade se traduz na pluralidade de termos e tipologias que classificam as parcerias segundo critérios como grau de engajamento, funções, metas ou composição dos participantes (Van Huijstee; Francken; Leroy, 2007).

Ao discutir os dilemas da ação coletiva institucional nas políticas públicas, decorrentes da fragmentação da autoridade e da influência das decisões de um governo sobre outros níveis e funções governamentais, Feiock (2013) identifica três dimensões centrais. A dimensão vertical manifesta-se na sobreposição de objetivos semelhantes perseguidos por diferentes níveis de governo, como nas áreas de desenvolvimento econômico ou gestão ambiental. A dimensão horizontal emerge quando a escala governamental se mostra inadequada para a provisão eficiente de serviços. Já a dimensão funcional resulta da fragmentação por funções e setores específicos de políticas, gerando interdependência entre serviços, políticas e sistemas de recursos. Em conjunto, segundo o autor, essas dimensões evidenciam os limites da fragmentação governamental e reforçam a necessidade de mecanismos de coordenação capazes de integrar decisões e mitigar ineficiências coletivas

Para Koopmans *et al.*, (2018), a governança é entendida como um conjunto de normas e práticas de coordenação que sustentam parcerias coletivas, caracterizadas pela diversidade de atores envolvidos. Tal diversidade combina a inclusão vertical de instâncias internacionais, nacionais e locais com a participação horizontal de ONGs, empresas, cidadãos e órgãos governamentais, ampliando a capacidade de regular comportamentos e fortalecer processos colaborativos. Argumentam que o fortalecimento de capacidades e o desenvolvimento endógeno em áreas rurais dependem de uma cooperação horizontal ampliada entre diferentes setores econômicos e políticos, orientada por abordagens multidisciplinares voltadas ao desenvolvimento territorial. Nesse contexto, Os autores defendem, assim, a necessidade de ajustar a governança para promover maior coordenação vertical e horizontal, de modo a articular múltiplos atores, níveis e setores em trajetórias integradas de desenvolvimento agrícola e rural

Similarmente, na gestão dos recursos naturais, Brondizio *et al.* (2009) identificam como estratégias horizontais a formação de alianças e o apoio a grupos com reivindicações semelhantes, e, no âmbito vertical, destacam parcerias com diferentes níveis de governo,

instituições e setores econômicos. Os autores também defendem que a intersecção entre interações horizontais e verticais constitui arranjos institucionais capazes de facilitar a gestão e fortalecer a colaboração, articulando diferentes abordagens do conceito de capital social. No contexto da produção rural, Brito *et al.* (2015) definem os arranjos verticais como relações econômicas ou sociais entre agentes de diferentes etapas da cadeia de suprimentos, como fornecedores e compradores, enquanto os arranjos horizontais correspondem às interações entre atores posicionados no mesmo nível, como grupos de agricultores.

Complementarmente, Le Bourlegat e Falcón (2017) argumentam que o desenvolvimento territorial decorre da mobilização de atores locais em torno de uma identidade coletiva vinculada à cultura e ao território, expressa nos arranjos produtivos locais. Esses arranjos, sustentados por regras coletivas enraizadas em valores históricos e culturais, configuram sistemas abertos de trocas e relações, diferenciando-se dos territórios institucionais tradicionais. O Estado, por sua vez, exerce papel complementar como árbitro externo, garantindo cidadania, equilíbrio e soberania. Nesse cenário, os sistemas territoriais locais assumem centralidade na coordenação socioeconômica, destacando-se como espaços de mobilização capazes de impulsionar inovação, competitividade e inteligência criativa

Com base no exposto, este estudo adota uma terminologia específica para analisar as motivações que impulsionam a colaboração em arranjos de diferentes dimensões, com ênfase na centralidade do setor primário. A classificação proposta organiza-se em três categorias: (a) interna, quando a motivação é horizontal e emerge do próprio setor para atender às suas necessidades; (b) de fora para dentro, quando a colaboração é vertical e resulta do estímulo de políticas públicas; e (c) de dentro para fora, também vertical, quando iniciativas intersetoriais se estruturam em relações orientadas ao benefício mútuo.

2.2 Tipos de arranjos

Van Huijstee *et al.* (2007) indicam que os estudos sobre parcerias intersetoriais tendem a tratar de problemas semelhantes e a adotar análises convergentes, o que reforça a importância de sistematizar essa produção acadêmica e identificar lacunas ainda não exploradas. Nesse sentido, esses autores identificaram-se na literatura sobre parcerias duas principais abordagens. A perspectiva institucional entende as parcerias como novos arranjos dentro da governança, enquanto a perspectiva voltada aos atores as considera instrumentos estratégicos para alcançar objetivos e solucionar problemas específicos.

Com efeito, no âmbito analítico aqui adotado, os ‘arranjos de implementação’ (AIm) configuram espaços de governança que articulam burocracias, atores sociais e político-partidários, definindo papéis, mobilizando recursos e influenciando a capacidade de execução

das políticas. Conforme argumentam Pires (2016) e Brondizio *et al.* (2009), tais arranjos podem ser compreendidos como conjuntos de normas, arenas e processos formais e informais que orientam a articulação entre interesses diversos, promovendo uma visão integrada da política pública e superando percepções fragmentadas por setores.

Ao tratar da governança ambiental, Brondizio *et al.* (2009) destacam princípios de desenho institucional que explicam a robustez de arranjos locais e sub-regionais, mas também os desafios de sua aplicação em níveis mais amplos. Entre eles, ressaltam o princípio das ‘empresas aninhadas’, que evidencia a necessidade de integrar instituições locais e gerais para alinhar objetivos de diferentes grupos.

Esses autores (Brondizio; Ostrom; Young, 2009) enfatizam ainda o papel do capital social como patrimônio cívico das sociedades, sustentado por normas e regras que orientam comportamentos e a ordem social, configurando formas específicas de organização coletiva. A partir da repetição de atividades, podem emergir acordos com mecanismos de monitoramento e sanções, bem como aprendizagens conjuntas que favorecem a cooperação. Contudo, alertam que arranjos eficazes em contextos isolados podem tornar-se ineficazes ou prejudiciais em ambientes de alta interdependência. Assim, neste estudo, adota-se o termo ‘arranjos institucionais’ (AIn) para designar essa abordagem multinível, que vai além de um setor e ultrapassa o escopo das políticas públicas.

No âmbito setorial, entre as diversas práticas de cooperação adotadas pelas empresas privadas para melhorar o desempenho econômico, destacam-se diferentes formas de integração, como *clusters*, *joint ventures*, alianças estratégicas, redes e arranjos produtivos locais (Begnis; Arend; Estivalet, 2014). Para Krag *et al.* (2017) ‘arranjo produtivo local’ (APL) refere-se à concentração de empresas situadas em uma área específica, que compartilham especialização produtiva similar e estabelecem algum tipo de articulação entre si, cuja definição é a utilizada nesta presente pesquisa.

Além disso, os APLs são reconhecidos como concentrações territoriais, inclusive em áreas rurais, que favorecem a articulação socioeconômica (Leme; Aguiar; Rezende, 2019). Em um escopo ampliado, estudos sobre APLs evidenciam sua natureza como redes de empresas e instituições públicas e privadas que interagem em atividades de produção, fornecimento, comercialização, formação, pesquisa, desenvolvimento, promoção e financiamento (Campos; Carvalho, 2011).

No contexto brasileiro, os APLs, são compreendidos como sistemas territoriais emergentes que articulam processos de geração, difusão e uso do conhecimento coletivo, bem como dinâmicas produtivas e inovativas de caráter contextualizado, sistêmico e interativo

(Falcón *et al.*, 2017; Le Bourlegat; Falcón, 2017). Fundamentam-se na inovação, na colaboração e no fortalecimento do capital social, integrando dimensões econômicas, sociais, institucionais e políticas, além de constituírem espaços de articulação de políticas públicas em diferentes níveis (Le Bourlegat; Falcón, 2017).

Ademais, no âmbito nacional da agricultura familiar, agricultores de baixa renda e pequenos produtores rurais, os APLs destacam-se como instrumentos para impulsionar a agroindustrialização por meio de estratégias coletivas, cooperativas e de produção artesanal, favorecendo a inclusão cognitiva e produtiva, a verticalização das cadeias e a apropriação do valor agregado, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios relacionados à invisibilidade institucional, à necessidade de políticas sustentáveis e à adequação de mecanismos regulatórios e de financiamento (Begniss; Arend; Estivalet, 2014; Brito *et al.*, 2015; Falcón *et al.*, 2017).

Contudo, para Fischer *et al.* (2025), arranjos institucionais e socioprodutivos enraizados no território, são aqueles que valorizam tradições locais e relações sociais solidárias, ao mesmo tempo em que promovem trabalho e renda por meio de formas associativas de produção e do uso adequado dos recursos naturais e das capacidades humanas disponíveis. Para fins analíticos, o presente trabalho adota a denominação ‘arranjo socioprodutivo’ (ASp) em referência a situações com essas propriedades, distinguindo-o assim do APL.

2.3 Mecanismos para colaboração

Koopmans *et al.* (2018) argumentam que redes multidimensionais e multiator possibilitam que diferentes partes interessadas estabeleçam entendimentos e acordos formais e informais, além de adotar abordagens criativas e orientadas para soluções. Com base em estudos de caso de um projeto europeu, os autores destacam que as redes informais desempenham papel central na governança, pois favorecem colaborações intersetoriais e políticas, ampliam a inclusão de atores, criam conexões flexíveis e permitem estratégias inovadoras. Argumentam que essas redes apoiam funções diversas, como a troca de informações e recursos, o marketing coletivo e outras práticas, e embora possam atuar de forma independente, geralmente complementam instituições formais

Contudo, Falcón *et al.* (2017) enfatizam que a aplicação de normas, formais ou informais, por agentes externos nas relações com agricultores familiares pode gerar diferentes resultados: desde cooperação até medo ou conflito. Destacam ainda que, no contexto brasileiro, o conhecimento tradicional dos agricultores familiares é frequentemente ignorado, e as particularidades regionais das produções em pequena escala não são devidamente atendidas.

Já Feiock (2013) contrapõe mecanismos informais, como redes espontâneas baseadas em confiança e reciprocidade, que preservam a autonomia local e reduzem custos de

coordenação, a mecanismos formais, como contratos e arranjos legais, que estruturam a cooperação, asseguram institucionalização e capacidade coercitiva das regras, além de oferecer instrumentos para enfrentar externalidades. O autor também discute formas de autoridade delegada ou imposta por instâncias superiores, responsáveis por consolidar ou coordenar ações de modo centralizado. Esse contraste entre mecanismos formais e informais é considerado na análise deste estudo.

3. Metodologia

Para realizar esta revisão da literatura, foi adotada a abordagem integrativa conforme Toronto; Remington (2020), seguindo diretrizes sugeridas por Page *et al.* (2021) cujo panorama é apresentado no Quadro 1. Esse método permite reunir estudos empíricos, teóricos e metodológicos, oferecendo uma visão abrangente e aprofundada do fenômeno estudado. A análise segue procedimentos sistemáticos que possibilitam avaliar a qualidade das evidências, identificar lacunas na literatura e apontar direções futuras para pesquisa. Os autores também destacam a importância de utilizar um arcabouço teórico para orientar todo o processo de revisão, o que foi apresentado na seção anterior.

Quadro 1: Panorama da revisão integrativa neste estudo

Propósito	Análise crítica da literatura empírica, metodológica ou teórica, que chama a atenção para necessidades de pesquisas futuras
Membros da equipe	2 revisoras
Questão norteadora	Como a bibliografia configura os arranjos colaborativos centrados na agricultura?
Diretrizes estabelecidas	Adaptado de Page <i>et al.</i> (2021)
Cronograma	até 6 meses
Metodologia sistemática	Sim, permite que o estudo seja replicado
Amostragem	Artigos científicos sobre o tema, inclui pesquisa empírica, teórica e metodológica.
Elegibilidade	De inclusão e exclusão
Diagrama de fluxo da busca	Adaptado de Page <i>et al.</i> (2021)
Avaliação crítica	Descrita nas Limitações do estudo
Extração de dados	Base de dados bibliográficos: WoS, Scopus(inglês) e SciELO (português)
Análise e síntese	Análise narrativa e/ou temática com síntese descritiva e qualitativa

Fonte: Adaptado de Toronto; Remington (2020)

Os procedimentos adotados seguiram um modelo adaptado de Marques *et al.* (2024) e da lista de verificação do PRISMA 2020 (Page *et al.*, 2021) conforme detalhados no Quadro 2 e resumidos na sequência. Foi utilizada uma abordagem qualitativa, com análise manual dos dados. A coleta de dados bibliográficos foi realizada em dezembro de 2025, seguindo critérios previamente definidos e sem delimitação temporal, em bases nacionais e internacionais: SciELO; Scopus e Web of Science (WoS). Esse esforço buscou garantir representatividade

global e inclusão regional, visando um alcance inclusivo em sua prática (Cantarim; Firmino; Jazar, 2025).

Quadro 2: Procedimentos aplicados e resultados obtidos

Crerérrios de elegibilidade:	Busca em base de dados por termos que evidenciassem o destaque de arranjos colaborativos em estudos relacionados a atividade agrícola.		
Fonte de informação:	Plataformas que são bases de bibliografia científica internacionais e nacional.		
Estratégia:	As estratégias de pesquisa foram aplicadas de acordo com as possibilidades de cada base e ocorreram em três momentos (item 1).		
1) Levantamento: Apuração de publicações científicas nas bases de bibliografia. Resultado N = 56.			
Plataforma:	SciELO	Scopus	Web of Science
Campo e Termo/Área; Idioma; Número de documentos:	Todos os índices: ((arranjo* colaborativo*)) OR ((Arranjo* de coopera*)) AND (rural); Idioma: português; n = 11.	(TITLE-ABS-KEY ("collab* arrangement*" OR "cooperat* arrangement*") AND TITLE-ABS-KEY ("rural" OR "countryside" OR "non-urban" OR "village")) AND (LIMIT-TO (SUBJAREA, "SOCI")); Idioma: inglês; n = 20.	("collab* arrangement*" OR "cooperat* arrangement*") (Topic) and ("rural" OR "countryside" OR "non-urban" OR "village") (Topic); Idioma: inglês; n = 25.
2) Coleta de dados: Uma revisora recolheu as informações utilizando os recursos das plataformas das bases de dados e os incluiu em planilha da ferramenta digital.			
3) Seleção 1: Uma revisora analisou os dados para identificar e excluir os estudos em duplicidade (n = 10) e cujos textos dos resumos não estavam disponíveis (n = 1). Resultado N= 45.			
4) Dados do levantamento: Os dados foram organizados em outra planilha virtual compartilhada e os textos dos resumos que não constavam em português foram traduzidos para este idioma com o auxílio de uma ferramenta digital.			
5) Critérrios de aderência ao estudo: Duas revisoras discutiram os critérios para manutenção na base de dados. Decidiram manter somente aqueles que explicitamente mencionassem no resumo desses estudos: 5.1) A produção agrícola ou seus atores são explicitamente considerados no estudo; 5.2) Formas de arranjos são abordadas no estudo; 5.3) A colaboração é destacada de alguma maneira no estudo.			
6) Avaliação do risco de viés no estudo: As duas revisoras consideraram os critérios (item 5) com a leitura conjunta de cinco resumos da base e discutiram a concordância ou discordância da outra pesquisadora e validação de ambas.			
7) Seleção 2: Seleção de documentos para análise qualitativa, com avaliação individual de 20 resumos/pesquisadora, com base nos critérios do item 5 (n = 28), com exclusão daqueles sem o texto integral disponível (n = 2). Resultado Final N = 15.			
8) Categorias para análise: Definição das categorias para análise de acordo com a estrutura dos textos: 8.1) Introdução: principal objetivo do estudo; 8.2) Referencial teórico: principal tipo de arranjo considerado; 8.3) Metodológica: dados (teórico ou empírico, fonte) e lócus da pesquisa (país); 8.4) Discussão dos resultados: principal forma de colaboração identificada; 8.5) Principais conclusões.			
9) Informações para análise: Leitura dos textos como fundamento para a análise qualitativa: 9.1) Busca de dados de acordo com as categorias estabelecidas no item 8; 9.2) Leitura do resumo; 9.3) Leitura do texto completo, quando as informações não estavam claramente descritas no resumo; 9.4) Anotação das informações na planilha.			

Fonte: Elaboração própria (2026), com base em Page *et al.* (2021) e adaptado de Marques *et al.* (2024).

Foram identificados 56 documentos, dos quais foram excluídos os duplicados e aqueles sem acesso ao texto do resumo, resultando em 45 resumos para consideração. Na sequência definiu-se como critérios de inclusão a aderência ao tema, envolvendo atores, instituições ou atividades agrícolas, bem como a presença de arranjos e menção a formas de colaboração. Após validação conjunta desses critérios, duas revisoras avaliaram individualmente os resumos, excluindo os não aderentes e eliminando os estudos sem acesso ao texto completo, o que se converteu em uma base de 15 documentos.

A busca de informações foi conduzida a partir de categorias previamente definidas, como o objetivo do estudo, os principais tipos de arranjo e formas de colaboração, além dos métodos utilizados. Considerando que as pesquisas empíricas se concentram na dimensão experimental e observável dos fenômenos e têm como principal mérito aproximar a teoria da realidade concreta (Demo, 1985), aspecto de especial interesse neste estudo, buscou-se identificar, nos métodos, tanto os dados e pesquisas empíricas quanto os estudos de caráter teórico, além do locus de cada investigação. A relação dos artigos que compuseram a base de análise, a identificação numérica a eles atribuída, bem como seus principais objetivos e conclusões, são apresentados no Quadro 3.

Para aprofundar a investigação, os artigos da base foram distribuídos entre as revisoras para leitura na íntegra, especialmente nos casos em que as informações não estavam claramente descritas nos resumos. Esse procedimento possibilitou a identificação e a sistematização das informações conforme as categorias definidas para a análise qualitativa. Essa análise, por sua vez, buscou aprofundar o conhecimento sobre o tipo de arranjo em cada estudo, quais os setores e atores envolvidos nesses arranjos, bem como se esses arranjos eram formalizados ou não. A análise e discussão desses resultados é apresentada na próxima seção.

Quadro 3: Síntese dos objetivos e conclusões

Nº	Artigo	Síntese dos Objetivos	Síntese das Conclusões
1	(Adamsone-Fiskovica; Grivins, 2022)	Investigar como diferentes atores coproduzem conhecimento em instruções agrícolas demonstrativas, analisando colaborações e tensões.	A coprodução de conhecimento é valiosa, mas complexa, exigindo negociações constantes entre ciência e prática para que o aprendizado seja efetivo.
2	(Akbar <i>et al.</i> , 2022)	Analisar a colaboração na implementação das políticas de segurança alimentar na Indonésia.	Sem colaboração efetiva entre múltiplos setores, a política de segurança alimentar não alcança seus objetivos; é preciso superar os interesses individuais e construir programas integrados.
3	(Ball, 1987)	Documentar e analisar o uso das formas de trabalho intermitente na agricultura do Reino Unido e avaliar suas implicações para as economias e comunidades rurais.	O emprego intermitente na agricultura moderna desorganiza a mão-de-obra e fragiliza economias e comunidades rurais.
4	(Begniz; Arend; Estivalet, 2014)	Analisar na produção científica sobre cooperativas em duas revistas brasileiras: intensidade dos estudos, principais pesquisadores e teorias utilizadas.	Há poucos artigos sobre cooperativas, majoritariamente da área de economia, focados no desempenho econômico e fundamentados em APLs e na Nova Economia Institucional.
5	(Brito <i>et al.</i> , 2015)	Investigar se arranjos horizontais reduzem a assimetria de informação e aumentam o acesso a mercado, diminuindo riscos e ineficiências para produtores de leite.	Produtores que participam de arranjos horizontais têm maior acesso a informações, resultando em menor assimetria informacional e menor risco em comparação aos que não participam.
6	(Campos; Carvalho, 2011)	Identificar e analisar grupos homogêneos de produtores de fruticultura irrigada, para elaborar um índice de nível inovativo que favoreça seu desenvolvimento no APL.	O desenvolvimento do APL do locus estudado é sustentado por produtores mais integrados e intensivos em produção, inovação, cooperação e aprendizado interativo, reforçados por relações locais.

Continua na próxima página.

Nº	Artigo	Síntese dos Objetivos	Síntese das Conclusões
7	(Cush; Macken-Walsh, 2018)	Analisar como agricultores homens recorrem a arranjos colaborativos formais como estratégia de resiliência e renegociam sua identidade masculina na agricultura familiar.	Os agricultores utilizam arranjos colaborativos formais como estratégia de resiliência, renunciando parte do poder de decisão, abrindo-se às opiniões alheias e expressando mais emoções, renegociando normas tradicionais de masculinidade.
8	(Futemma; De Castro; Brondizio, 2020)	Analisar uma região na Amazônia, onde surgiram diferentes modelos de colaboração entre pequenos agricultores e outros agentes sociais.	Os arranjos colaborativos observados mostram que diferentes grupos de agricultores e suas parcerias realizam diversas iniciativas coletivas com investimentos em distintos tipos de capital social.
9	(Krag <i>et al.</i> , 2017)	Analisar as formas de governança do Arranjo Produtivo Local da castanha-do-brasil no Pará, caracterizando os fatores específicos que condicionam a governança.	No arranjo estudado, a capacidade de gestão e governança cooperativa é baixa, de modo que, na falta de estruturas de governança mais especializadas, predomina a governança de mercado.
10	(Leme; Aguiar; Rezende, 2019)	Estudar um arranjo consolidado na produção de café para identificar os aspectos estratégicos de seu sucesso e aplicá-los na construção de uma Indicação Geográfica.	O estudo confirma que o modelo de convergência estratégica proposto é plausível e permite aos pesquisadores analisar se existe convergência estratégica em um APL.
11	(López-Palechor; Ruano-Ibarra; Brisola, 2017)	Analisar um arranjo normativo da heliocultura na Colômbia em contraste com dados oficiais de exportação de moluscos e avaliações de especialistas.	A regulamentação não afetou significativamente a produtividade e associatividade.
12	(Luiz; Guchu, 2022)	Explorar o papel de um intermediário, na sua capacidade de fazer a ponte entre os setores formal e informal, e o processo através do qual conecta esses setores.	Ressalta o papel da intermediação e o valor de parcerias colaborativas capazes de integrar a economia informal à formal, superando economias dualistas.
13	(Ranjan, 2017)	Apresentar um modelo que relaciona a capacidade dos agricultores de negociar coletivamente com comerciantes externos à boa vontade que nutrem uns pelos outros.	Produtores com alta reciprocidade fortalecem resultados coletivos e seu poder de barganha, enquanto baixa reciprocidade gera extração de excedentes e inviabiliza negociações de longo prazo.
14	(Sant'Ana; Costa, 2004)	Analisar as estratégias dos produtores familiares em relação à divisão de herança e à sucessão, e as formas que utilizam para aquisição de novas áreas.	Produtores rurais dividem herança e conduzem sucessão por formas tradicionais, enquanto ampliam terras com estratégias de capitalização baseadas em trabalho intensivo, contenção de gastos, políticas públicas e práticas costumeiras.
15	(Vedeld <i>et al.</i> , 2016)	Examinar custos e rendimentos locais de comunidades próximas à área protegida e propor medidas para reduzir conflitos, preservando os serviços ecossistêmicos da montanha.	Produtores ligados à conservação tiveram pequeno aumento de renda familiar, mas as demais fontes são custos locais e desiguais, não compensando os altos custos locais e dificultando conciliar conservação, combate à pobreza e desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria (2026).

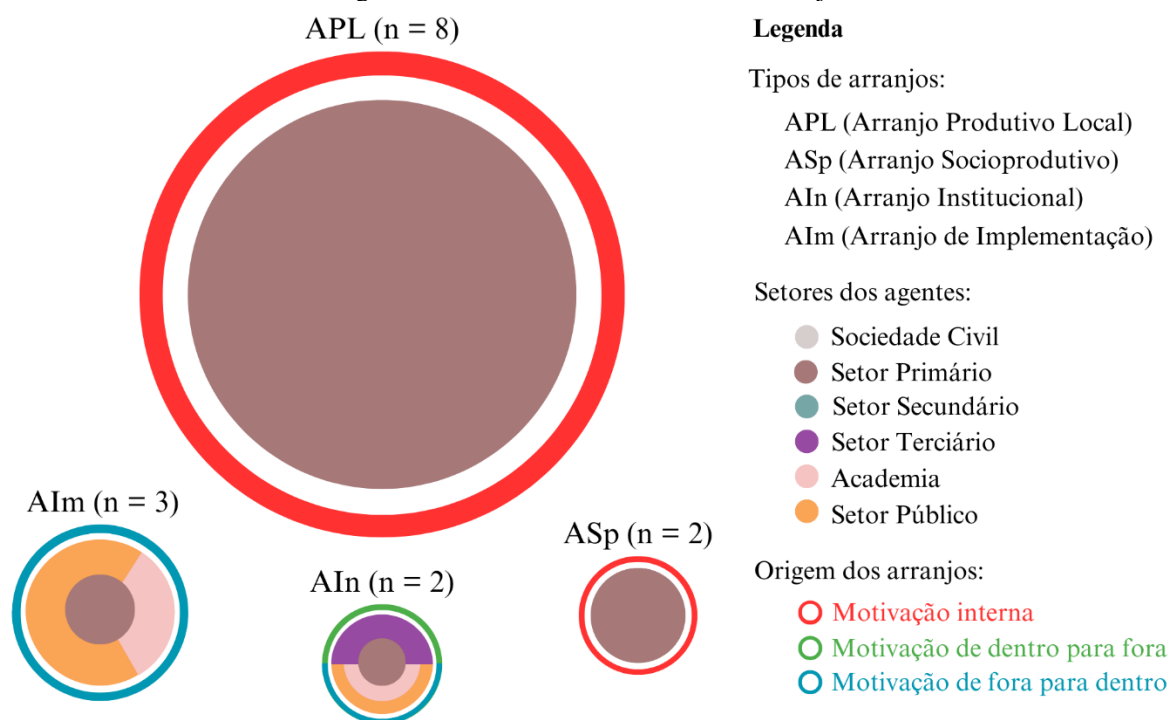
4. Discussão dos Resultados

Dos 15 artigos analisados, 12 são estudos empíricos e três são estudos teóricos, sendo que um desses não apresentou locus específico de investigação. Em relação à distribuição geográfica, o Brasil foi o país mais representado ($n = 7$), com dois estudos realizados na região Norte, dois na região Nordeste, um na região Sul, outro na região Sudeste e um de abrangência nacional. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, observou-se predomínio de entrevistas

(n = 8) e questionários (n = 6), tendo como principais informantes produtores rurais e, em alguns casos, outros atores envolvidos.

Ao analisar as especificidades dos arranjos identificados nos estudos, procedeu-se à sua classificação com base nas tipologias apresentadas na revisão teórica, tais como AIm, AIn, APL e ASp. Investigou-se, ainda, se as relações entre atores e/ou setores se configuravam em níveis horizontais ou verticais, à luz das características descritas por Brito *et al.* (2015). Ademais, na análise das relações entre os atores e setores envolvidos, buscou-se identificar as motivações que sustentam a formação desses arranjos. Os resultados dessa investigação estão sintetizados na Figura 1 e, em seguida, são detalhados juntamente com os demais achados do estudo.

Figura 1. Síntese das características dos arranjos



Fonte: Elaboração própria (2026).

Os APLs foram o tipo de arranjo com maior incidência (n = 8) na base considerada. Embora alguns autores os tenham nomeado de maneiras distintas, todos apresentavam as características descritas por Krag *et al.* (2017). Nesses arranjos, a agricultura e seus atores ocupavam posição central nessas relações horizontais, em que a motivação para cooperar estava voltada principalmente ao próprio setor, ainda que com diferentes pretextos. Entre os principais motivos destacaram-se as atividades produtivas e comerciais (Ball, 1987; Begnis; Arend; Estivalet, 2014; Krag *et al.*, 2017; Leme; Aguiar; Rezende, 2019; Ranjan, 2017). Também foi identificado como fator relevante o compartilhamento de conhecimento, incluindo informação e capacitação (Brito *et al.*, 2015; Campos; Carvalho, 2011). Adicionalmente, observou-se

práticas coletivas que fortalecem tanto a sustentabilidade econômica quanto os laços sociais (Cush; Macken-Walsh, 2018).

Outro arranjo centrado no setor primário, com maior ênfase na horizontalidade das tradições locais e das relações sociais, como mencionado por Fischer *et al.* (2025), é o ASp. Os dois estudos que apresentam essas características têm como lócus o Brasil. Em Futemma *et al.* (2020), as formas de cooperação evidenciam ações coletivas diversificadas, sustentadas por distintos tipos de capital social, desenvolvidas por dois grupos de agricultores, tanto internamente quanto em parceria. Já em Sant'Ana e Costa (2004), o foco recai sobre cooperações ancoradas no parentesco ampliado, revelando diversidade nas práticas de herança e sucessão, orientadas principalmente por normas tradicionais, além de estratégias voltadas à expansão fundiária.

É importante observar que os resultados indicam a predominância de motivações internas nos arranjos colaborativos estudados no Brasil. Além dos ASps mencionados, os demais casos ($n = 5$) apresentavam características de APLs. Esse tipo de colaboração pode ser compreendido como um esforço coletivo para enfrentar a posição marginal desses atores diante da agricultura comercial e exportadora de grande escala, como apontado anteriormente (Begnis; Arend; Estivalet, 2014; Brito *et al.*, 2015; Falcón *et al.*, 2017).

Dois outros estudos analisaram a ampliação da colaboração para diferentes setores, em arranjos AIns motivados por origens diversas e envolvendo agentes de distintos segmentos. Nos arranjos colaborativos entre produtores formais e informais voltados ao desenvolvimento de mercados, Luiz e Guchu (2022) destacam o papel institucional fundamental de uma empresa que atua como mediadora no Zimbábue. Essa empresa funciona como uma autoridade delegada pelos produtores, configurando uma versão voltada aos interesses privados do mecanismo descrito por Feiock (2013). Por outro lado, na Colômbia, ainda que a esfera pública influenciasse a motivação para colaboração, López-Palechor *et al.* (2017) constataram que a regulamentação analisada exige coordenação complexa entre instituições públicas e privadas, reguladoras e de promoção, para fortalecer a cooperação entre os diversos agentes do agronegócio.

Ao analisar os artigos que apresentaram AImS, observou-se que apenas um deles (Akbar *et al.*, 2022) abordou especificamente arranjos de implementação em políticas públicas, com foco na colaboração intersetorial para a execução de políticas de segurança alimentar na Indonésia. O que aproxima-se da visão integrada da política pública, destacada por Pires (2016) e Brondizio *et al.* (2009).

Outro estudo (Vedeld *et al.*, 2016) de AIm descreveu a implementação de mecanismos colaborativos em um parque nacional em Uganda, baseados em acordos de conservação destinados a fortalecer a relação entre as comunidades locais e o parque, além de promover os meios de subsistência rurais por meio da valorização dos serviços ecossistêmicos. No entanto, considerando o mencionado por Pires (2016) e Brondizio *et al.* (2009), a mobilização de recursos e a capacidade de execução das políticas nos AIm podem ser consideradas injustas, pois as populações locais assumem uma parcela exorbitante dos custos da conservação, sendo que os segmentos mais pobres suportam de forma desproporcional esses encargos.

Por fim, identificou-se um arranjo que pode ser compreendido como uma variação do AIm e do AIn, por integrar um projeto financiado pela União Europeia e envolver a academia, característica particular da região da qual a Letônia faz parte, aproximando-se do que Feiock (2013) apresenta como uma dimensão funcional. Esse arranjo fundamenta-se no conhecimento transdisciplinar, com ênfase na atuação de agentes de extensão agrícola e produtores rurais (Adamsone-Fiskovica; Grivins, 2022).

Constatou-se também que o grau de formalização dos arranjos constituiu um elemento relevante nas pesquisas examinadas. Nesse sentido, buscou-se identificar os mecanismos adotados nos arranjos formais, bem como as redes estabelecidas nos arranjos informais, conforme proposto por Feiock (2013). Verificou-se que a formalidade dos arranjos não depende de seu tipo. Com exceção dos casos motivados por políticas públicas, com características de mecanismos formais e instâncias de autoridade responsáveis por estruturar a cooperação, tratar externalidades e coordenar ações de modo concentrado.

Em consequência, a formalidade ($n = 7$) esteve presente em todos os estudos que analisaram os AIm, assim como nos demais arranjos vinculados a regulamentações (López-Palechor; Ruano-Ibarra; Brisola, 2017), projetos com fomento (Adamsone-Fiskovica; Grivins, 2022), programas governamentais (Akbar *et al.*, 2022) e acordos voltados à conservação ambiental (Vedeld *et al.*, 2016). Essa característica também se manifesta na constituição de empresas ou instituições, como cooperativas (Begnis; Arend; Estivaleta, 2014; Ranjan, 2017) e *joint ventures* (Cush; Macken-Walsh, 2018).

Contudo, observou-se a predominância de arranjos informais ($n = 10$), presentes em diferentes tipos de parcerias. Esses arranjos incluíam negociações entre produtores ou entre produtores e agentes externos (López-Palechor; Ruano-Ibarra; Brisola, 2017; Luiz; Guchu, 2022; Ranjan, 2017), práticas de cooperação entre competidores (Krag *et al.*, 2017; Leme; Aguiar; Rezende, 2019), redes de informação (Brito *et al.*, 2015) e trocas voltadas a suprir necessidades pontuais de mão de obra e equipamentos (Ball, 1987). Além disso, verificou-se

que tais arranjos informais se estruturavam a partir do capital social (Futemma; De Castro; Brondizio, 2020), da integração de interesses e do relacionamento entre produtores (Campos; Carvalho, 2011), bem como de vínculos familiares (Sant'Ana; Costa, 2004).

Portanto, diferentemente do que afirmam Le Bourlegat e Falcón (2017), a maioria dos arranjos identificados na bibliografia analisada (APLs e ASps, n = 10) corresponde a formas de cooperação concentradas em um único setor, o primário. Embora esses arranjos contribuam para coordenar a dinâmica socioeconômica, estimular a inovação e fortalecer a competitividade, seus efeitos permanecem restritos ao próprio setor. Não ocorre intercâmbio intersetorial nem a formação de um sistema territorial local, como observado pelas autoras em outros casos no Brasil.

O arranjo AIn mostrou-se o mais eficaz na promoção da colaboração entre diferentes setores, com potencial para gerar uma motivação no sistema territorial que emerge de dentro para fora. Contudo, também foi identificado o movimento inverso, marcado por um forte impulso normativo em favor da colaboração. Em ambos os casos, constatou-se que a construção de capital social não foi o elemento central para conectar sistemas de governança em múltiplos níveis, como apontado por Brondizio *et al.* (2009). O fator determinante foi, na realidade, a necessidade de comercialização da produção.

Ademais, os AIm analisados apresentaram uma direção contrária à mobilização de diferentes atores e ao fortalecimento de interações organizadas e contínuas, aspectos destacados por Pires (2016) como fundamentais para promover a intersectorialidade e apoiar a construção de alternativas de política pública. Nesses casos, a motivação surgiu de fora para dentro. Além disso, não ocorreu a integração com empreendedores de outros setores da região, apontada por Koopmans *et al.* (2018) como necessária para desenvolver uma compreensão territorial da agricultura.

5. Considerações finais

A pesquisa revelou que a maioria dos arranjos colaborativos identificados na literatura internacional concentra-se no setor primário, com destaque para os Arranjos Produtivos Locais (APL) e Arranjos Socioprodutivos (ASp). Os arranjos são utilizados por agentes para solucionar problemas específicos e atingir objetivos de mercado ou subsistência. Embora esses arranjos fortaleçam a competitividade e a inovação dentro do próprio setor, eles possuem alcance limitado, não promovendo necessariamente um intercâmbio intersetorial ou a formação de sistemas territoriais locais integrados.

As motivações para colaborar seguem vetores de influência distintos, tais como interna (setorial), de dentro para fora (territorial) ou de fora para dentro (normativa). Além disso, a análise das dinâmicas de poder revelou que a formalidade não é uma característica intrínseca ao tipo de arranjo, mas sim um reflexo da presença de instâncias de autoridade externa. Ademais, constatou-se uma predominância de arranjos informais.

A revisão sistemática da literatura apontou para a necessidade de transpor a barreira do setor primário para alcançar uma compreensão territorial da agricultura. Isso exigiria arranjos que integrem empreendedores de diferentes segmentos e promovam a intersectorialidade, superando a tendência de isolamento das iniciativas rurais. Essa transição de arranjos setoriais isolados para sistemas territoriais integrados exige uma mudança de paradigma na governança rural.

Adicionalmente, a informalidade, embora resiliente, mantém a colaboração fragmentada e vulnerável. Superar essa barreira requer uma mediação institucional ativa que transcenda o foco na agricultura de subsistência ou exportação e envolva o setor de serviços, a academia e o poder público em interações organizadas. O desenvolvimento rural sustentável depende da capacidade de converter motivações externas em compromissos locais contínuos que integrem a produção agrícola à dinâmica econômica e social do território como um todo.

Por fim, ressalta-se que este estudo apresenta algumas limitações que podem ter influenciado sua análise. Entre elas, destaca-se a seleção dos termos de busca e das bases de dados utilizadas, que pode ter restringido os resultados obtidos. Além disso, o número reduzido de artigos analisados limitou a capacidade de comparação entre os diferentes lócus investigados. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem as estratégias de busca e a base de dados, de modo a possibilitar comparações mais consistentes entre as particularidades dos casos estudados.

Em síntese, este trabalho contribui para o aprofundamento das discussões sobre arranjos colaborativos no meio rural, oferecendo uma análise crítica que evidencia tanto as múltiplas possibilidades de tais iniciativas quanto as complexidades que as permeiam. A pesquisa reforça a importância de compreender os arranjos colaborativos não apenas como instrumentos de desenvolvimento, mas também como processos dinâmicos que refletem desafios de governança, diversidade de atores e contextos locais. Dessa forma, os resultados aqui apresentados ampliam o debate científico e fornecem subsídios para futuras investigações e práticas voltadas à construção de um desenvolvimento territorial mais integrado e sustentável.

Referências

ADAMSONE-FISKOVICA, A.; GRIVINS, M. Knowledge production and communication in on-farm demonstrations: putting farmer participatory research and extension into practice.

The Journal of Agricultural Education and Extension, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 479–502, 2022.

Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1389224X.2021.1953551>.

Acesso em: 13 fev. 2026.

AKBAR, Muh. F. *et al.* Collaborative Arrangement in Implementation of Food Security Policy in Indonesia. **Public Policy and Administration**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 39–48, 2022.

AMARAL, M. M. COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TURISMO RURAL. *In*: III CONGRESSO NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE, 2025.

Anais do III Congresso Nacional de Sustentabilidade. [S. l.]: Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente, 2025. Disponível em: <https://ime.events/iii-conasust/anais#trabalho/57211/cooperacao-e-desenvolvimento-sustentavel-no-turismo-rural>.

Acesso em: 12 jan. 2026.

BALL, R. M. Intermittent labour forms in U.K. agriculture: Some implications for rural areas.

Journal of Rural Studies, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 133–150, 1987. Disponível em:

<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/0743016787900295>. Acesso em: 13 fev. 2026.

BEGNIS, H. S. M.; AREND, S. C.; ESTIVALETE, V. D. F. B. Em frente ao espelho: a produção do conhecimento em cooperativas na Revista de Economia e Sociologia Rural.

Revista de Economia e Sociologia Rural, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 99–116, 2014. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000100006>. Acesso em: 13 fev. 2026.

BRITO, M. M. D. *et al.* Horizontal arrangements: strategy for reducing the asymmetry information for dairy farmers in Paraná, Brazil. **Ciência Rural**, [s. l.], v. 45, n. 11, p. 2069–

2075, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20141724>. Acesso em: 3 fev. 2026.

BRONDIZIO, E. S.; OSTROM, E.; YOUNG, O. R. Connectivity and the Governance of Multilevel Social-Ecological Systems: The Role of Social Capital. **Annual Review of**

Environment and Resources, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 253–278, 2009. Disponível em:

<https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.enviro.020708.100707>. Acesso em: 26 jan. 2026.

CAMPOS, K. C.; CARVALHO, F. M. A. D. Índice de inovação: hierarquização dos produtores do arranjo produtivo local de fruticultura irrigada, estado do Ceará. **Revista de**

Economia e Sociologia Rural, [s. l.], v. 49, n. 3, p. 741–770, 2011. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0103-20032011000300009>. Acesso em: 13 fev. 2026.

CANTARIM, F.; FIRMINO, R. J.; JAZAR, M. M. Colonialismo científico e periódicos brasileiros e latino-americanos: desafios na difusão internacional dos estudos urbanos e

regionais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 27, n. 1, 2025.

Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7763>. Acesso em: 26 jan. 2026.

CUSH, P.; MACKEN-WALSH, Á. Reconstituting Male Identities through Joint Farming

Ventures in Ireland. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 58, n. 4, p. 726–744, 2018. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/soru.12212>. Acesso em: 13 fev. 2026.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FALCÓN, M. L. *et al.* Por uma política industrial e de inovação baseada em APLs da agroindústria familiar. In: MATOS, M. P. de *et al.* (org.). **Arranjos produtivos locais: referencial, experiências e políticas em 20 anos da redesist**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 161–192.

FEIOCK, R. C. The Institutional Collective Action Framework. **Policy Studies Journal**, [s. l.], v. 41, n. 3, p. 397–425, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/psj.12023>. Acesso em: 5 fev. 2026.

FISCHER, D. *et al.* Comunidade que Sustenta a Agricultura e o desperdício de alimentos em Curitiba, Paraná. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 28, p. e00088, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc00882vu28L4AO>. Acesso em: 29 jan. 2026.

FUTEMMA, C.; DE CASTRO, F.; BRONDIZIO, E. S. Farmers and Social Innovations in Rural Development: Collaborative Arrangements in Eastern Brazilian Amazon. **Land Use Policy**, [s. l.], v. 99, p. 104999, 2020. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0264837719318447>. Acesso em: 13 fev. 2026.

KOOPMANS, M. E. *et al.* The role of multi-actor governance in aligning farm modernization and sustainable rural development. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 59, p. 252–262, 2018. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S074301671630211X>. Acesso em: 4 fev. 2026.

KRAG, M. N. *et al.* A Governança do Arranjo Produtivo Local da Castanha-do-Brasil na Região da Calha Norte, Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 589–608, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550310>. Acesso em: 11 fev. 2026.

LARREA, M.; ARRONA, A.; BARANDIARAN, X. A place-based approach in collaborative governance. **Oñati Socio-Legal Series**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://DOI.ORG/10.35295/OSLS.IISL.1892>.

LE BOURLEGAT, C. A.; FALCÓN, M. L. Sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais: abordagem territorial e os desafios para uma agenda de políticas públicas. In: MATOS, M. P. de *et al.* (org.). **Arranjos produtivos locais: referencial, experiências e políticas em 20 anos da redesist**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 91–120.

LEME, P. H. M. V.; AGUIAR, B. H.; REZENDE, D. C. D. A convergência estratégica em Arranjos Produtivos Locais: uma análise sobre a cooperação entre atores em rede em duas regiões cafeeiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 57, n. 1, p. 145–160, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570109>. Acesso em: 13 fev. 2026.

LÓPEZ-PALECHOR, L. E.; RUANO-IBARRA, E. D. S.; BRISOLA, M. V. La helicultura en Colombia: reforma normativa y rezago productivo. **Apuntes del Cenes**, [s. l.], v. 36, n. 64, p. 225–250, 2017. Disponível em: <https://revistas.uptc.edu.co/index.php/cenes/article/view/5420>. Acesso em: 13 fev. 2026.

LUIZ, J. M.; GUCHU, B. Building markets between institutional discontinuities: Intermediation between formal and informal sectors in developing countries. **Africa Journal**

of Management, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 218–237, 2022. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23322373.2022.2039052>. Acesso em: 13 fev.
2026.

MARQUES, G. V. T. *et al.* A ATUAÇÃO DOS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS PELO FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA. *In*: 62º CONGRESSO DA SOBER, 2024, Palmas, Tocantins. **Anais do 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Palmas, Tocantins: Even3, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/Anais/62-congresso-da-sober-397784/818569>. Acesso em: 26 jan. 2026.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, [s. l.], p. n71, 2021. Disponível em:
<https://www.bmj.com/lookup/doi/10.1136/bmj.n71>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PIRES, R. R. C. INTERSETORIALIDADE, ARRANJOS INSTITUCIONAIS E INSTRUMENTOS DA AÇÃO PÚBLICA. *In*: POLÍTICAS SOCIAIS: PERSPECTIVAS A PARTIR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016. (Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate, nº 26). p. 67–80.

RANJAN, R. BARGAINING AMONG FARMERS, GOODWILL, AND THE SUCCESS OF COOPERATIVES. **Annals of Public and Cooperative Economics**, [s. l.], v. 88, n. 4, p. 589–610, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/apce.12172>. Acesso em: 13 fev. 2026.

SANT’ANA, A. L.; COSTA, V. M. H. D. M. Produtores familiares e estratégias ligadas à terra. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 42, n. 4, p. 663–683, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032004000400007>. Acesso em: 13 fev. 2026.

TORONTO, C. E.; REMINGTON, R. (org.). **A Step-by-Step Guide to Conducting an Integrative Review**. Cham: Springer International Publishing, 2020. Disponível em:
<http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-37504-1>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VAN DORSSELAER, E.; VOETS, J.; DUPONT, C. Implementing Nature-Based Solutions in Cities: Testing and Refining the Integrative Framework for Collaborative Governance. **Environmental Policy and Governance**, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 761–774, 2025. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/eet.70000>. Acesso em: 9 dez. 2025.

VAN HUIJSTEE, M. M.; FRANCKEN, M.; LEROY, P. Partnerships for sustainable development: a review of current literature. **Environmental Sciences**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 75–89, 2007. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15693430701526336>. Acesso em: 9 dez. 2025.

VEDELD, P. *et al.* The Political Economy of Conservation at Mount Elgon, Uganda: Between Local Deprivation, Regional Sustainability, and Global Public Goods. **Conservation and Society**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 183, 2016. Disponível em:
<https://journals.lww.com/10.4103/0972-4923.191155>. Acesso em: 13 fev. 2026.

WELLBROCK, W.; ROEP, D. The Learning Rural Area Framework: A Heuristic Tool to Investigate Institutional Arrangements which Support Collaboration in Rural Areas.

Sociologia Ruralis, [s. l.], v. 55, n. 1, p. 106–124, 2015. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/soru.12049>. Acesso em: 9 dez. 2025.